

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PESQUISAS INTERDISCIPLINARES NO IFMG OURO BRANCO*

Rodolpho Gauthier Cardoso dos SANTOS[√]
Denise Giarola MAIA^{√√}

RESUMO

Este artigo apresenta quatro trabalhos acadêmicos voltados para a Educação Patrimonial que foram desenvolvidos na Licenciatura em Pedagogia do IFMG Ouro Branco-MG. Essas pesquisas, embora constatem o reconhecimento da importância do tema entre os docentes da rede municipal, registram a existência de dificuldades em encontrar material acessível bem como em desenvolver projetos a respeito. Nesse sentido, os trabalhos propõem materiais e atividades pedagógicas de formação em Educação Patrimonial que podem auxiliar alunos e professores. Esses primam pela interdisciplinaridade, valorizando especialmente conhecimentos relativos à Literatura e à História. Conquanto Ouro Branco-MG esteja em uma região privilegiada em relação à quantidade de patrimônios tombados, ainda tem um longo caminho a percorrer na questão do ensino para preservação de bens culturais materiais e imateriais. O trabalho busca demonstrar que um dos meios para esse necessário fortalecimento da Educação Patrimonial deve ser o da formação de professores, etapa em que é possível aliar o protagonismo dos graduandos ao debate necessário sobre temas relacionados a cultura, identidade, pertencimento e preservação.

Palavras-chave: Patrimônio. Educação. História. Literatura. Interdisciplinaridade.

* Artigo recebido em 20/10/2023 e aprovado em 25/11/2023.

[√] Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Docente de História do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Branco. E-mail: rodolpho.santos@ifmg.edu.br

^{√√} Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente de Língua Portuguesa e suas Literaturas. E-mail: denise.maia@ifmg.edu.br

1 OURO BRANCO-MG E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A cidade de Ouro Branco localiza-se a cerca de cem quilômetros de Belo Horizonte, Minas Gerais. Seu primeiro núcleo urbano surgiu na esteira das primeiras expedições em busca de ouro na região, possivelmente no final do século XVII. O início da construção de sua Igreja Matriz data de 1717. Dada à má qualidade das jazidas de ouro, a localidade não viveu a opulência da mineração como a vizinha Vila Rica (atual Ouro Preto) no século XVIII. Por muito tempo, predominou na freguesia a produção agrícola e pecuária para subsistência e para abastecimento das minas. Em 1953, quando se emancipou de Ouro Preto, tornando-se município, contava então com cerca de seis mil habitantes que se dedicavam, em sua imensa maioria (80,9%), a atividades agropecuárias com destaque especial para o cultivo da batata inglesa (Pereira, 1992).

Atualmente, a cidade conta com aproximadamente quarenta mil habitantes e é conhecida, entre outros aspectos, por sediar a maior usina siderúrgica do grupo Gerdau no país. A construção da usina teve início no ano de 1976, sob financiamento estatal e com o nome de Açominas. A novidade provocou grandes alterações urbanas no município, o que impactou também no seu patrimônio histórico e cultural.

Ainda assim, Ouro Branco conta com dois bens tombados de natureza material a nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹ e outros três em nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA)². A proporção de bens tombados, porém, contrasta bastante com duas cidades limítrofes que possuem renome internacional quando se trata do assunto, Ouro Preto e Congonhas.

Essa situação também se verifica nos projetos de educação que envolvem tais patrimônios. Recentemente, esforços pontuais vêm sendo empreendidos pelo poder público local na esteira dos estímulos promovidos pelo Programa Estadual ICMS Patrimônio Cultural, que reverte aos municípios verbas proporcionais às ações de

¹ A saber: Igreja Matriz de Santo Antônio e Igreja Santo Antônio no Distrito de Itatiaia. Disponível em: “Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em agosto/2023)” Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 09 out. 2023.

² A saber: Fazenda Carreiras, Fazenda Pé do Morro e Capela de Santana e Serra do Ouro Branco (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico). Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2023.

preservação. Outro exemplo foi a aprovação da Lei nº. 2568, de 05 de maio de 2022, que estabeleceu o Programa Municipal de Educação Patrimonial da cidade. No entanto, há um longo caminho a ser percorrido para tornar perenes ações de Educação Patrimonial no município. Cientes desse complexo desafio, trabalhos acadêmicos sobre o tema vêm sendo desenvolvidos na Licenciatura em Pedagogia do IFMG Ouro Branco-MG. Eles serão analisados nas páginas a seguir.

A respeito da Educação Patrimonial, o termo surgiu nos anos 1980 e se popularizou na década seguinte. Recentemente, a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), órgão vinculado ao IPHAN, definiu o conceito da seguinte forma:

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio, 2014, p. 19).

A partir da leitura das obras de Paulo Freire, Átila Tolentino (2016, p.44) apoia essa definição e defende uma “educação patrimonial com uma base democrática e dialógica” que não seja instrutivista (mera transmissão de informações) e opressora e tampouco desconsidere a diversidade e as disputas existentes no seio de toda sociedade. Entre outros pontos, ele destaca também a “importância de [a educação patrimonial] não atuar de uma forma passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado”, devendo compreender o patrimônio “de uma forma crítica e não apenas contemplativa” (Tolentino, 2016, p. 44).

O autor comenta ainda que a educação patrimonial frequentemente tem ficado a reboque do ensino de História, o que é bastante problemático já que o tema deve ser parte de um processo educacional transversal, que transpasse as diferentes disciplinas do currículo. Nesse sentido, apresentamos no primeiro tópico trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos na Licenciatura em Pedagogia do IFMG Ouro Branco que foram desenvolvidos com forte articulação com a Literatura.

Antes de comentá-los, é importante destacar o contexto em que foram produzidos. Criada em 2017, a Licenciatura em Pedagogia do IFMG Ouro Branco é

gratuita e oferecida no período noturno com cinquenta vagas anuais. Atende majoritariamente alunas trabalhadoras da própria cidade e das vizinhas Conselheiro Lafaiete e Congonhas. Com foco na formação de docentes para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a matriz curricular traz a disciplina “Educação Patrimonial” como optativa. O tema, porém, consta brevemente da bibliografia das disciplinas de “História da Arte” e “Fundamentos Metodológicos do Ensino de História”.³ Além disso, as disciplinas obrigatórias “Antropologia e Educação” e “Literatura Infante Juvenil I e II” também têm contribuído fortemente para a discussão de temas relativos à cultura e arte de modo mais amplo.

Nos últimos anos, a Educação Patrimonial, em específico, vem sendo desenvolvida, principalmente, a partir do interesse de alguns docentes e discentes e de eventos acadêmicos específicos, especialmente palestras e apresentações culturais relacionadas ao patrimônio imaterial.

1. O GÊNERO TEXTUAL LENDA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Como vimos, a Educação Patrimonial pode ser abordada a partir da interdisciplinaridade com áreas de conhecimento afins ao campo do Patrimônio Cultural, como, por exemplo, a Literatura. À vista disso, no trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado **Preservação do patrimônio imaterial de Ouro Branco-MG: uma proposta de atividade de ensino sobre lendas da cidade**, Flávia Vecchi Ferreira Ribeiro (2021), estudante egressa, desenvolveu uma pesquisa sobre essa temática com professores do município que lecionam nos anos iniciais do fundamental.

De acordo com o IPHAN (2014), o conceito de patrimônio imaterial refere-se:

[...] àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

³ Conforme o atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC), disponível em: https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/nossos-cursos/graduacao-6/copy_of_PPCPedagogiaatual.pdf . Acesso em 03/10/2023.

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Sobre essa noção ampliada de patrimônio, Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 71) afirma que “interpretações e instituições, assim como **lendas**, mitos, ritos, saberes e técnicas, podem ser considerados exemplos de um patrimônio dito imaterial” (grifo nosso). Embora ainda não tenham sido alvo de registro pelo poder público municipal, tais formas de manifestação cultural têm grande importância na construção da identidade local, sendo compartilhadas e reelaboradas oralmente pelos moradores no seu dia a dia.

De volta ao trabalho de Flávia Ribeiro (2021), a autora desenvolveu um questionário semiestruturado com dezoito questões que obteve vinte e seis respostas dos docentes que atuam na cidade, entre escolas públicas e privadas. Nas respostas, um número considerável de professores (92,6%) declarou trabalhar conteúdos de Educação Patrimonial em sala de aula. No entanto, quase todos (96,3%) responderam que gostariam de contar com um material com atividades didáticas para desenvolver tais conteúdos em suas aulas.

Em relação às lendas locais, metade dos respondentes disse não ter ciência de nenhuma do município. Em consonância com esse desconhecimento, 57,7% dos respondentes afirmaram não ter contado alguma lenda local para seus alunos, enquanto apenas 34,6% disseram “sim”, e 7,7% declararam que não se lembram.

Após a pesquisa, a autora apresentou uma proposta de sequência didática, por meio do ensino-aprendizado dos gêneros narrativos da tradição oral, que tem como propósito levar alunos e professores a conhecerem as lendas locais e, conseqüentemente, a valorizarem tais manifestações populares que ajudam a compreender o passado e o presente da cidade.

Ribeiro (2021) discute, então, o papel da leitura e da contação de histórias na formação das crianças, uma vez que a Literatura proporciona a esses pequenos leitores e/ou ouvintes acesso aos bens culturais e valores da humanidade. Sendo assim, as lendas são tratadas como um gênero ficcional da Literatura Infantil, uma vez

que o maravilhoso e o imaginário extrapolam o aspecto histórico e verdadeiro do acontecimento relatado (Coelho, 1991). Nas palavras da autora,

Nas cidades que compõem o circuito da estrada real, dentre elas Ouro Branco, podemos identificar algumas lendas que contam um pouco dos costumes, crenças e passado dessa região marcada pela exploração do ouro durante o Período Colonial. Daí, a importância de sua preservação, sobretudo pela fragilidade desse patrimônio cultural. No caso das lendas, essas podem cair no esquecimento, caso a nova geração perca o hábito de se contar histórias da cidade em que vivem. (Ribeiro, 2021, p. 8)

A partir dessa citação, é possível destacar um aspecto relevante da lenda o qual a define como sendo uma narrativa “[...] ligada a certo espaço geográfico e a determinado tempo” (Coelho, 1991, p. 153). Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), por exemplo, ela é indicada como um gênero a ser explorado no currículo de Língua Portuguesa.

Apesar disso, pesquisa realizada por Maria do Carmo Pereira Coelho (2003) sobre a presença de lendas nos livros didáticos do Ensino Fundamental concluiu que apenas três (3) dos vinte e dois (22) livros analisados por ela apresentavam lendas como parte integrante de seus textos. Cabe ainda destacar, conforme apontam os resultados do questionário aplicado por Ribeiro (2021), que muitas vezes o trabalho com esse gênero, em sala de aula, recai na apresentação das lendas nacionais, ou seja, daquelas mais conhecidas, tais como, Saci Pererê, Curupira, Iara, Boto-cor-de-rosa e outros.

As lendas são narrativas que contam a história de aspectos singulares de um determinado lugar de acordo com as suas particularidades, ou seja, são relatos que podem incluir fatos históricos, porém mesclados com a imaginação popular. No caso de Ouro Branco, como menciona Ribeiro (2021), a cidade passou pelo período do ouro - embora sua extração não tenha se mantido como principal atividade econômica, predominando, como dito anteriormente, a produção agrícola para subsistência e para abastecimento das minas. Assim, tem-se algumas lendas desse período, tais como, a da origem do nome Serra do Deus te Livre, a história da Mãe do Ouro, do Cavaleiro da Rua Santo Antônio e dos Escravos que arrastam correntes na Fazenda Carreiras⁴.

⁴ Construída na segunda metade do século XVIII, às margens do Caminho Novo da Estrada Real, trecho de grande circulação de pessoas e bens durante o período conhecido como Ciclo do Ouro em Minas Gerais, essa fazenda era explorada para criação de gado e para a agricultura. Há duas versões

Outro período vivenciado pela cidade foi o processo de implantação da siderurgia estatal Açominas, na década de 1970. Nesse caso, há também uma lenda associada ao evento de construção do Lago Soledade, pelo represamento do ribeirão de mesmo nome, alagando parte da mata e ocupando uma área de 501 hectares.

O trabalho, em sala de aula, com esse gênero oral, contribui para despertar a capacidade imaginativa das crianças e a sua curiosidade a respeito dos fatos ali representados simbolicamente e/ou dos locais referenciados nessas narrativas. Além disso, a atividade de interpretação dessas lendas pode levar os estudantes a um exercício reflexivo sobre os acontecimentos relatados. Em uma entrevista para o terceiro episódio da programação de *podcast* “Lendas das Vilas de Minas”, produzido pela Central de Comunicação Público-Educativa - Rádio UFOP 106.3 FM, a pesquisadora Ângela Leite Xavier diz que:

[...] a História oficial é geralmente a história do poder, a história dos vencedores, a história politicamente correta, mas não é a história do povo. E a história do povo está na história oral, dos causos contados. Então, toda lenda, ela tem um fundo baseado na história real. Ela tem um fundo baseado nas crenças daquela época, daquele povo. Então você mantendo isso, você mantém a identidade do povo [...]⁵ (Lendas das Vilas de Minas, 2012)

A propósito, uma lenda ourobranquense específica, a do Lago Soledade, foi objeto de pesquisa de outro TCC, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, pela estudante egressa, Paloma Oliveira (2021), o qual foi intitulado **Estudo de uma lenda sobre o Lago Soledade em Ouro Branco: resgatando a história, a memória e a cultura do município por meio dessa narrativa ficcional.**

Conta a lenda (Oliveira, 2021) que um padre aparece, à noite, nos arredores da empresa Gerdau, para assombrar os funcionários. Seria uma forma de vingança, por não terem respeitado seu desejo de manter o Seminário Redentorista de Congonhas, mosteiro que foi submerso na década de 1970 pelas águas durante a construção do Lago Soledade como parte do complexo siderúrgico. Para a autora, essa lenda de assombração é uma forma de manter a memória viva do processo de

sobre a história da casa sede, uma diz que a fazenda teria sido ponto de pouso e local de abastecimento, inclusive, Tiradentes teria se hospedado antes de sua prisão; e outra, na qual o edifício era, na verdade, posto de arrecadação de impostos (Iepha, 2014).

⁵ Trecho transcrito do *podcast*.

urbanização da cidade de Ouro Branco, por meio da desapropriação que afetou muitas famílias do município.

De acordo com Oliveira (2021, p. 5), essa memória “[...] foi, por muito tempo, reprimida, ou silenciada, em razão de uma outra memória (em disputa) associada ao progresso, ao desenvolvimento, à geração de empregos por meio da implementação da Açominas”. Assim, a contação dessa lenda permite que esse acontecimento não seja esquecido pela geração seguinte. Nas palavras dela,

Infelizmente, essa é uma memória que está associada a perda de terra, de arranjos produtivos, dos laços comunitários, e a figura do padre, ou melhor, de sua alma penada (ou de seu fantasma), é a representação da resistência dessa população que se recusa a se submergir, a se desaparecer, diante da imposição desse elemento novo, de modernidade, que é a siderúrgica. (Oliveira, 2021, p. 18)

Esses dois trabalhos, de Ribeiro (2021) e de Oliveira (2021), mostram como a Literatura, especificamente o estudo das lendas locais, pode contribuir para a promoção da Educação Patrimonial.⁶ No entanto, no levantamento feito por Ribeiro (2021), os docentes da rede municipal registraram a existência de dificuldades em encontrar material acessível sobre o patrimônio cultural de Ouro Branco e de suas lendas, bem como em desenvolver projetos a respeito.

Considerando essa situação, Ribeiro (2021) propôs uma sequência de atividades sobre lendas, buscando seguir estes quatro passos de ensino de Literatura: (i) motivação; (ii) introdução; (iii) leitura e (iv) interpretação, de acordo com Souza e Cosson (2011) e Cosson (2014). A autora planejou as atividades para serem desenvolvidas em quatro (4) aulas com duração de aproximadamente 60 minutos. A tabela 1 apresenta uma síntese dessa sequência.

O propósito é oferecer à comunidade um material que possa ser usado gratuitamente em sala de aula. Isso não significa, porém, um plano de trabalho fechado, pelo contrário, a ideia é que o(a) professor(a) tenha autonomia para adaptar. Por isso, em diversos momentos, Ribeiro (2021) deixou sugestões de ações para que

⁶ Vale destacar que as duas alunas foram bolsistas do projeto de pesquisa “Nós e os outros: memória e identidade na construção dos bairros industriais de Ouro Branco-MG (1977-1993)”, desenvolvidos pelos professores Aline Alves Presot e Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos e contemplado pelos editais 098/2017 e 017/2018. A atuação das discentes nesse projeto foi especialmente importante para o desenvolvimento posterior do seu TCC, o que demonstra quão significativa pode ser a pesquisa de iniciação científica na formação de professores.

o(a) docente possa avaliar se são possíveis ou não de serem realizadas no seu contexto de atuação. Além disso, a expectativa é de que essa sequência sirva como um estímulo para que o(a) pedagogo(a) construa outros projetos considerando a realidade da sua comunidade.

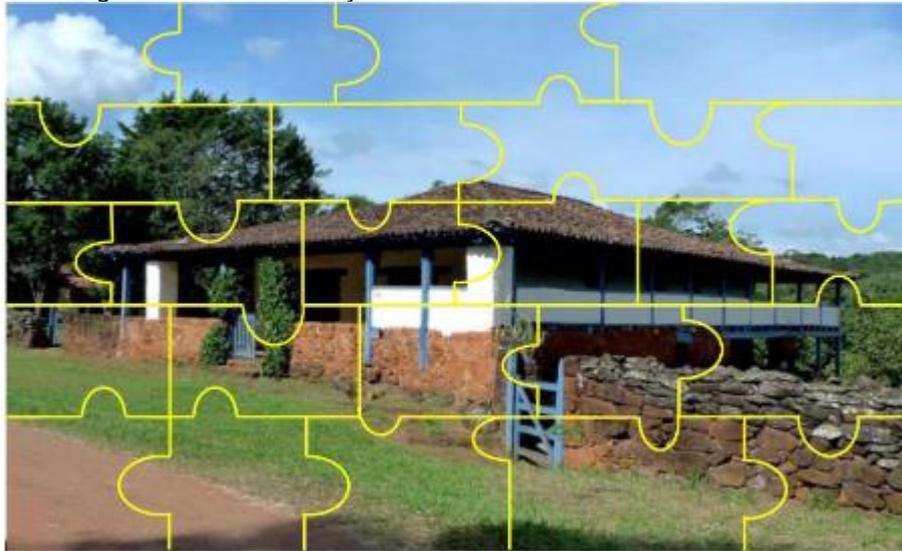
Tabela 1. Sequência de atividades proposta por Ribeiro (2021)

AULA	ASSUNTO	OBJETIVO(S)	ATIVIDADE(S)
1	Apresentação do tema Patrimônio Histórico Cultural	1. Sondagem inicial sobre os conhecimentos dos alunos a respeito do Patrimônio Cultural. 2. Identificar se os alunos têm conhecimento dos patrimônios da cidade de Ouro Branco e da necessidade de preservação deles. 3. Apresentar alguns dos Patrimônios materiais da cidade de Ouro Branco, de modo especial àqueles que estão relacionados às lendas.	1. Roda de conversa. 2. Jogo quebra-cabeça.
2	Introdução ao gênero lenda.	1. Ouvir a contação de uma lenda. 2. Identificar algumas características do gênero, por meio de exercícios de interpretação do texto.	3. Contação de história da lenda “O Monge da Serra da Saudade” do livro “Literatura Oral para a Infância e Juventude: lenda contos & Fábulas” populares do Brasil (Lisboa, 2020) 4. Exercício de interpretação do texto.
3	Lenda local: aspectos ficcionais e históricos da narrativa da Lago Soledade.	1. Discutir os aspectos ficcionais e históricos de uma lenda local. 2. Identificar informações pontuais em textos orais.	5. Escuta do <i>podcast</i> Lendas das Vilas de Minas (cap. 1). 6. Discussão sobre o áudio. 7. Exibição da reportagem televisiva sobre ruínas do mosteiro em um lago de Ouro Branco. 8. Exercício de interpretação dos textos. 9. Para casa (tarefa): pesquisa com pessoas da comunidade sobre as lendas locais.
4	Atividade de encerramento sobre Patrimônio Histórico Cultural e o gênero lendas.	1. Confeccionar cartaz informativo sobre as lendas de Ouro Branco. 2. Apresentar o cartaz aos colegas (com possibilidade de recontarem a lenda pesquisada). 3. Expor os cartazes em mural da escola.	10. Produção dos cartazes informativos. 11. Apresentação oral dos cartazes. 12. Exposição dos cartazes para a comunidade escolar.

Fonte: adaptado (Ribeiro, 2021, p. 18)

Conforme a tabela 1, em um primeiro momento, Ribeiro (2021) recomenda que o professor faça uma contextualização, de maneira mais abrangente, dos temas: patrimônio histórico e lendas, buscando valorizar o conhecimento prévio dos alunos. Para motivá-los, é sugerido um momento lúdico, no qual os alunos são desafiados a montar quebra-cabeças de paisagens de patrimônios e de pontos turísticos da cidade de Ouro Branco, como é mostrado na figura 1.

Figura 1. Quebra-cabeça Fazenda Carreiras. Patrimônio cultural.



Fonte: Ribeiro (2021, p. 21)

Após essa atividade, a autora sugere o trabalho de leitura ou contação de uma lenda pelo professor. Contudo, antes disso, é importante que ele faça uma introdução. Por exemplo, Ribeiro (2021) seleciona um texto publicado em um livro de lendas reunidas pela escritora Henriqueta Lisboa (2020). Logo, o professor deve apresentar breves informações sobre a obra, a autora ou até mesmo sobre a necessidade desse trabalho de transcrição das lendas que são primeiramente narrativas orais. O próximo passo é o de leitura/escuta do texto, em que o professor, especialmente nesse segmento dos anos iniciais do ensino fundamental, tem um papel importantíssimo enquanto mediador de tal prática. São propostos, então, exercícios com perguntas para auxiliar os alunos na compreensão de texto. Finalmente, a interpretação se dá quando os alunos interagem ao socializarem suas respostas e opiniões sobre o texto com o professor e toda turma. Além disso, é importante que esse trabalho literário permita que as crianças se expressem por meio da criação de outros textos. Ao final, Ribeiro (2021) sugere a confecção de cartazes, mas o professor pode realizar diversas

outras atividades de encerramento, inclusive com um momento de contação de causos e lendas ou apresentações teatrais, etc., pois o próprio fazer literário/artístico pode ser explorado como uma prática educativa para a promoção da Educação Patrimonial.

2 LITERATURA INFANTIL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

É justamente na perspectiva do fazer literário que se insere o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **Educação patrimonial e Literatura Infantil: elaboração do livro infantil “As aventuras em Ouro Branco, Minas Gerais”**, da estudante também egressa do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMG – campus Ouro Branco, Rafaela Ribeiro (2022). O objetivo foi a criação de um livro infantil, contendo uma narrativa que abordasse a temática. Esse produto educacional tem o intuito de sensibilizar os alunos sobre a história local e oferecer aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental um instrumento pedagógico para trabalhar em suas aulas. Nas palavras da autora (Ribeiro, 2022, p. 5),

A literatura pode ser um recurso para mediar a aprendizagem por meio da criatividade e da interação com o meio. Ela ajuda a compreender e transformar o mundo. Assim, a literatura dispõe de um valoroso papel educacional. Por meio dela, consegue-se aprender, ensinar e conhecer diversas culturas. A leitura literária possibilita uma viagem criativa no mundo.

Assim, motivada por esse papel da Literatura enquanto agente de formação, e inspirada no livro **Itatiaia, Geraes** de Bárbara Bija (2021)⁷, Ribeiro (2022) criou o conto **Aventuras em Ouro Branco, Minas Gerais**. A narrativa escrita recebeu ilustrações feitas pela também estudante egressa do curso de Licenciatura em Pedagogia, Alicia Silva, completando o protagonismo discente na confecção da obra.

Todo o processo de criação do livro - desde a primeira etapa, que envolveu a pesquisa documental, seguida das etapas de elaboração do roteiro do livro e de criação das ilustrações, até a última, de diagramação - é relatado por Ribeiro (2022) no TCC. A figura 2 é a reprodução da capa do livro que foi produzido pelas estudantes.

⁷ O livro é o resultado de um projeto desenvolvido por Bija (2021) em Itatiaia, distrito de Ouro Branco, e que reúne histórias do povoado ilustradas pelas crianças da comunidade.

Figura 2. Capa do livro produzido



Fonte: (RIBEIRO, 2022)

O livro segue a linha do realismo documental, em que as obras são orientadas por uma intenção informativa ou didática (Coelho, 1991). Para Ribeiro (2022),

O desafio inicial era escrever de modo lúdico, que despertasse o interesse sobre a história do município e trouxesse informações sem ficar cansativo para os leitores e, ao mesmo tempo, oferecesse-lhes o contato com um texto literário, no qual o fictício (a personagem das crianças que se aventuram pelas ruas de Ouro Branco em busca de desvendar os lugares antigos das fotografias) é entrelaçado ao realismo (o espaço em que a ação ocorre, as imagens de arquivo reproduzidas no livro e as informações sobre o Patrimônio local), possibilitando que o leitor se coloque no lugar dessa personagem curiosa pelo passado da cidade de Ouro Branco. (Ribeiro, 2022, p. 22)

Assim, a preocupação era que o livro não fosse meramente informativo, mas que houvesse uma harmonia entre expositivo e narrativo, entre o literário e o didático. A narrativa possui, então, como personagens as crianças João e Maria e os avós Dona Rosa e Sr. Jorge⁸. No processo de caracterização deles, houve a preocupação

⁸ Ribeiro (2022) explica as motivações para o nome dos personagens. Segundo ela, o nome João foi inspirado em um aluno que ela teve na aula de reforço, já Maria, ela quis fazer um contraponto com o clássico "João e Maria".

com a representatividade racial, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), mais da metade dos moradores de Ouro Branco se declararam pardos ou pretos.

O enredo desenvolve-se com a situação inicial das crianças brincando na casa dos avós, localizada na região rural, até que encontram fotografias antigas, sendo isso o fato desencadeador do conflito: elas não sabem que lugares eram aqueles registrados nas fotos. Então, dá-se a partida dos personagens em busca de informações. Eles recebem ajuda, um mapa da cidade, e vão aos locais indicados, onde comparam o passado e o presente, e chegam até a viajar no passado, por meio da imaginação.

A partir da aventura vivida pelas personagens, o leitor vai conhecendo a história, a cultura e alguns locais de Ouro Branco, tais como: a antiga Casa Paroquial, a Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens, a Casa Tiradentes, a Cerâmica Saramenha, a Igreja Matriz de Santo Antônio, o Parque estadual Serra do Ouro Branco, a Praça Santa Cruz e a Folia de Reis. A figura 3 reproduzida de uma das páginas do livro exemplifica a tradição da Folia de Reis.

Figura 3. Página do livro que destaca a Folia de Reis.



Fonte: (Ribeiro, 2022).

Além da produção desse material, o TCC de Ribeiro (2022) busca analisar como a literatura infantil pode contribuir para o trabalho com a Educação Patrimonial e ainda oferece uma sequência didática para o professor trabalhar o livro **As Aventuras em Ouro Branco, Minas Gerais** em sala de aula. No material, enfatiza a interdisciplinaridade com as disciplinas de Arte, Geografia, História e Língua Portuguesa. À época, não foi possível aplicar o produto educacional *in loco* por conta das inúmeras restrições relativas à pandemia do covid-19.

O livro, com 32 páginas, foi lançado no "II Seminário sobre a História de Ouro Branco", realizado em novembro de 2023. A versão *ebook* deve ser distribuída gratuitamente nos próximos meses. A obra carrega enorme potencial para ser utilizado nas escolas de ensino fundamental e para ajudar a trazer para a sala de aula temas relacionados à história, a cultura e a literatura.

3 A BIBLIOTECA MUNICIPAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A terceira iniciativa de Educação Patrimonial privilegiou a “Biblioteca Municipal Jornalista Virgílio Carlos”, localizada em um casarão construído no século XVIII no centro da cidade. O espaço foi escolhido por Gisele Medina Costa (2023), que desenvolveu TCC intitulado “**A Biblioteca Municipal de Ouro Branco-MG como espaço de Educação Patrimonial**”.

Não há provas exatas de quando o imóvel foi erguido, mas se supõe que foi construído no século XVIII e reformado no século XIX devido à arquitetura da casa. Era originalmente de pau-a-pique com vãos altos, telhado em quatro águas, tabuado corrido e alicerce de pedra. Em que pese o fato do imóvel ser tombado em nível municipal desde 2010, inexistem ações de Educação Patrimonial no local. A situação é ainda mais complicada, como descreve a autora:

Atualmente, a visita dos discentes pode ser feita, mas infelizmente hoje o espaço não é propício para leitura. O poder público não investe na Biblioteca há muito tempo, segundo a única funcionária do local. Não há profissional técnico ou bibliotecário há alguns anos e tampouco local adequado para acondicionamento do acervo. Isso agrava a falta de manutenção e a sensação de completo abandono institucional.

[...] Os visitantes são mínimos e o empréstimo de livros caiu, tendo em vista o período em que o prédio abrigava somente a biblioteca. A estrutura precisa de reparos urgentes. Existem infiltrações, teias de aranha, a pintura está

desgastada, os livros expostos ao tempo se deteriorando. Alguns são cobertos com plástico na esperança de amenizar a situação. Não existe acessibilidade. A porta da frente tem degraus e as portas não têm diâmetro para passagem de cadeira de rodas. Para a única servidora que a biblioteca tem, ficou a responsabilidade de atender a recepção, catalogar os livros e selecionar os exemplares doados para inclusão no acervo (Costa, 2023, p. 14).

Em sua pesquisa, Costa privilegiou as discentes da Licenciatura em Pedagogia do IFMG Ouro Branco e a possível identificação da Biblioteca como espaço potencial para projetos de Educação Patrimonial. Para isso, foi elaborado um questionário curto, respondido por 29 alunas. Embora alguns dados tenham sido positivos, como a proporção de 96,6% que concordam com a importância da Educação Patrimonial nas escolas, outros geraram preocupação. Por exemplo, metade dos respondentes que declararam conhecer a Biblioteca não tinha conhecimento de que ela se localiza em um imóvel histórico e tombado. Além disso, 62% das alunas também declararam não ter visitado a Biblioteca uma única vez no último ano.

Diante desse cenário, Costa passou a investigar a história daquele patrimônio no intuito de chamar atenção para sua importância na construção da identidade local e para seu atual processo de esquecimento pelas políticas públicas e por uma parte dos próprios munícipes. As principais informações históricas foram obtidas por meio do dossiê de tombamento (Horta, 2011), disponibilizado pela Secretaria de Secretaria de Comunicação, Cultura, Esportes e Turismo. Não havia, porém, informação sobre o patrono da Biblioteca, o jornalista Virgílio Carlos (1935-1995), diretor e fundador do jornal local “O Alto Paraopeba”. Por isso, foi necessário que a autora recorresse aos moradores e aos familiares dele para traçar, em linhas gerais, sua biografia e as razões que levaram à homenagem no nome daquele espaço.

Após a pesquisa documental e de história oral, Costa propôs, em diálogo com a funcionária da Biblioteca, a confecção de um *banner* com informações sobre o acervo da Biblioteca, sua história e de seu patrono. Nas palavras da autora (p. 24-25), esse material de divulgação não estimulará apenas as futuras pedagogas, mas “poderá ser colocado em escolas públicas, hospitais e postos de saúde. Assim, ajudaremos a difundir informações que, de outra forma, ficariam restritas a este TCC”.

Embora se localize no núcleo urbano de formação da cidade, as construções ao redor da Biblioteca estão descaracterizadas e existe atualmente intensa atividade comercial. O imóvel é um dos últimos remanescentes das primeiras construções do

município. Nos meses seguintes à apresentação do TCC, por iniciativa da funcionária da biblioteca, o *banner* ficou exposto na entrada do edifício, chamando a atenção dos muitos cidadãos que ali transitam para a importância daquele patrimônio e convidando-os a conhecê-lo.

Embora simples e produzido no contexto de um trabalho de conclusão de curso com suas limitações de tempo e de orçamento, o *banner* foi um primeiro passo no sentido de chamar a atenção para a importância daquele espaço que vem sendo negligenciado. A esperança é que futuros trabalhos e iniciativas permanentes e sistemáticas possam, de fato, estabelecer um programa de Educação Patrimonial reflexivo e crítico em relação a esse e outros patrimônios da cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas anteriores, buscamos apresentar algumas pesquisas no campo da Educação Patrimonial de caráter interdisciplinar que vem sendo desenvolvidas no processo de formação de professores, especialmente na Licenciatura em Pedagogia do IFMG Ouro Branco. Consideramos essencial a escolha desse público como protagonista, pois como futuras professoras poderão desenvolver projetos e outras atividades que sensibilizem e busquem estimular o estabelecimento de referências e identidades locais relacionadas ao patrimônio.

Na primeira parte, destacamos duas pesquisas (Ribeiro, 2021 e Oliveira, 2021) que demonstraram como o gênero textual lenda pode ser utilizado para, de forma lúdica, discutir aspectos literários, históricos e do patrimônio imaterial do município. Foram apresentadas algumas atividades didáticas possíveis, bem com a importância de se trabalhar esse gênero em sala de aula.

Ainda no campo da Literatura, Rafaela Ribeiro (2022) e Alicia Silva criaram um livro infantil que trata de diversos aspectos do patrimônio material e imaterial do município. As personagens, ao voltar ao passado, por meio de imagens descobertas do baú dos avôs, vão aos poucos conhecendo lugares, pessoas e manifestações culturais que fazem parte da cultura ourobranquense. O material, inteiramente produzido pelas duas, então, graduandas, guarda enorme potencial para ser utilizado nas salas de aula.

Vale destacar ainda Gisele Medina Costa (2023), que resgatou a história de um patrimônio tombado, porém esquecido do município, a “Biblioteca Municipal Jornalista Virgílio Carlos”. A autora fez uma pesquisa histórica sobre a trajetória do prédio e de seu patrono, mostrando a importância daquele imóvel em um centro urbano já descaracterizado de seus traços iniciais. Insatisfeita com a negligência em relação a esse bem, Costa, em diálogo com a funcionária do local, produziu um *banner* em que conta a história do edifício e conclama as pessoas a conhecê-lo. O material foi exibido na entrada da Biblioteca e, embora seja uma ação pontual de difusão, chama a atenção para a necessidade de projetos perenes que contribuam para a valorização e preservação desse espaço educacional que também é um patrimônio material.

É digno de nota que três dos quatro trabalhos analisados foram produzidos inteiramente no contexto da pandemia do covid-19, o que representou um desafio adicional por conta das restrições de afastamento e ensino remoto estabelecidas pela pandemia do covid-19.

Além do caráter interdisciplinar, as pesquisas possuem outra semelhança que é seu caráter dialógico em relação à sociedade e, em especial, às comunidades relacionadas à educação. Por meio de questionários e entrevistas, as investigações buscaram compreender concepções, necessidades e desafios do campo do ensino, apresentando reflexões e propostas diretamente relacionadas com a prática de sala de aula.

Como dito anteriormente, muito ainda pode ser feito no campo da Educação Patrimonial, seja na cidade de Ouro Branco ou em muitas outras do país. Acreditamos, porém, que a formação de professores é um espaço privilegiado para isso, pois ali é possível aliar o protagonismo dos licenciandos às discussões necessárias sobre cultura, identidade, pertencimento, preservação e patrimônio.

HERITAGE EDUCATION: INTERDISCIPLINARY RESEARCHES AT IFMG OURO BRANCO

This article presents four academic works on Heritage Education that were developed in the Pedagogy Degree program at IFMG Ouro Branco-MG. Although these studies recognize the importance of the topic among teachers in the municipal school system, they note the difficulties in finding accessible material and in developing projects on the subject. In this sense, the works propose materials and pedagogical activities for

training in Heritage Education that can help students and teachers. They emphasize interdisciplinarity, especially with regard to literature and history. Although Ouro Branco-MG is in a privileged region in terms of the number of listed heritage sites, it still has a long way to go when it comes to teaching about the preservation of tangible and intangible cultural assets. The work seeks to demonstrate that one of the means of strengthening heritage education must be teacher training, a stage in which it is possible to combine the leading role of undergraduates with the necessary debate on issues related to culture, identity, belonging and preservation.

Keywords: Patrimony. Education. History. Literature. Interdisciplinarity.

REFERÊNCIAS

BIJA, Bárbara. **Itatiaia, gerais**. 1 ed. Ouro Branco, MG: Ed. Da Autora, 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

COELHO, Maria do Carmo Pereira. **As narrações da Cultura indígena da Amazônia: Lendas e histórias** (Tese, Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). São Paulo: PUC, 2003. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/teses/Maria_carmo.pdf Acesso em: 26 de out. 2020.

COELHO, Nelly. **A Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 5ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto. 2014.

COSTA, Gisele Medina. **A Biblioteca Municipal de Ouro Branco-MG como espaço de educação patrimonial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal de Minas Gerais. Campus Ouro Branco, 2023, 29 f.

FLORÊNCIO, Sônia. et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 56-76.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Guia de bens tombados IEPHA**. 2 ed. Belo Horizonte: IEPHA, 2014.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 03 out. 2023.

LENDAS DAS VILAS DE MINAS. Direção de produção: André Luiz Rezende. Produção: Central de Comunicação Público-Educativa - Rádio UFOP 106.3 fm: Fundação Educativa de Rádio e TV Ouro Preto e Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. Disponível em: <http://www.radio.ufop.br/podcasts/lendas-das-vilas-de-minas>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LISBOA, Henriqueta. **Literatura oral para a infância e a juventude** [recurso eletrônico]: lendas, contos e fábulas populares no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2020.

OLIVEIRA, Paloma. **Estudo de uma lenda sobre o Lago Soledade em Ouro Branco: resgatando a história, a memória e a cultura do município por meio dessa narrativa ficcional** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal Minas Gerais, Campus Ouro Branco, 2021, 46 f. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/biblioteca/repositorio-academico>. Acesso em: 10 out. 2023.

PEREIRA, Doralice de Barros. **Açominas: uma paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco**. Dissertação (Mestrado). ICG/UFMG, 1992.

RIBEIRO, Flávia Vecchi Ferreira. **Preservação do patrimônio imaterial de Ouro Branco-MG: uma proposta de atividade de ensino sobre lendas da cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal Minas Gerais, Campus Ouro Branco, 2021, 46 f. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/biblioteca/repositorio-academico>. Acesso em: 10 out. 2023.

RIBEIRO, Rafaela Arouxa. **Educação patrimonial e a literatura infantil: elaboração do livro infantil “As Aventuras em Ouro Branco, Minas Gerais”**. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura) – Instituto Federal de Minas Gerais. Campus Ouro Branco, 2022, 39 f. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/biblioteca/repositorio-academico>. Acesso em: 10 out. 2023.

RIBEIRO, Rafaela; SILVA, Alicia. **Aventuras em Ouro Branco: Minas Gerais**. Ouro Branco-MG: [s.n.], 2023.

SOUZA, Renata Junqueira; COSSON, Rildo. **Letramento literário: uma proposta para a sala de aula**. São José do Rio Preto: Objetos Educacionais do Acervo Digital da Unesp, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40143>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TOLENTINO, Atila B. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Atila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Org.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Caderno Temático de Educação Patrimonial, João Pessoa: IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, n. 3, p. 38-48, 2016.